



O Anjo Fala: 30 anos de Comunicação Comunitária no bairro do Anjo da Guarda¹

Da Rádio Popular à Rádio Bacanga FM, o polo Itaqui-Bacanga se sustenta numa luta pela democratização da comunicação em São Luís-MA.

Ed Wilson Ferreira Araujo²

Universidade Federal do Maranhão, São Luís - MA

Jefferson Saylor Lima de Sousa³

Universidade Federal do Maranhão, São Luís - MA

Robson Silva Corrêa⁴

Universidade Federal do Maranhão, São Luís - MA

Rodrigo Augusto de Araujo Mendonça⁵

Universidade Federal do Maranhão, São Luís - MA

Rodrigo Anchieta Barbosa⁶

Universidade Federal do Maranhão, São Luís - MA

¹ Trabalho apresentado ao GT1 – MEIOS E PROCESSOS DE COMUNICAÇÃO PARA A CIDADANIA, da XIII Conferência Brasileira de Comunicação Cidadã - *Comunicação, Direitos Humanos e Diversidade*, realizada na Universidade Federal do Maranhão, em São Luís, MA, de 21 a 23 de novembro de 2018.

² Jornalista, doutor em Comunicação (PUCRS), professor do Departamento de Comunicação Social (Rádio e TV) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), autor do livro “Rádios comunitárias no Maranhão: história, avanços e contradições na luta pela democratização da comunicação” (2011) E-mail: edwilson_araujo@yahoo.com.br

³ Graduado em Comunicação Social (Rádio e TV) pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Técnico-Sonoplasta do Laboratório de Rádio do Curso de Comunicação Social da UFMA. E-mail: saylonsousa.works@gmail.com

⁴ Graduado em Comunicação Social (Rádio e TV) pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Experiência acadêmica em Produção Audiovisual, Estágio Curricular concluído e atuação profissional nas áreas de Informática e administrativo. E-mail: robsilva.rsc@gmail.com

⁵ Graduado em Comunicação Social (Rádio e TV) pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) Técnico de Audiovisual na Faculdade Estácio - São Luís. E-mail: rodrigo1000@live.com

⁶ Estudante do curso de Comunicação Social (Rádio e TV) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), cursando o 8º período. E-mail: rodrigoanchieta@yahoo.com.br



Resumo

O seguinte artigo apresenta o relato da pesquisa *"Vozes do Anjo: do alto-falante à Bacanga FM - Duas experiências radiofônicas no bairro Anjo da Guarda em São Luís"*, que investigou o desenvolvimento histórico da Rádio Comunitária Bacanga FM (106,3 MHz) e por sequência do polo Itaqui-Bacanga, onde se localiza o bairro do Anjo da Guarda. Através do método dialético realizamos coleta de dados em pesquisa bibliográfica e entrevistas semiestruturadas com populares e comunicadores de destaque na história da comunidade e da emissora de rádio. A pesquisa, em reta final, apresenta um panorama do cinquentenário do bairro do Anjo da Guarda - sua formação, lutas e conquistas - e dos 30 anos de radiodifusão comunitária, destacando a fundação da Rádio Popular, implantação da frequência FM, regulamentação junto à Lei nº9612/98 e atuação da emissora no ambiente virtual, além da sua integração às lutas por democratização de comunicação no Maranhão.

Palavras chave: Rádio Comunitária; Rádio Popular; Anjo da Guarda; Lei nº9612/98.

Apresentação

A pesquisa *"Vozes do Anjo: do alto-falante à Bacanga FM - Duas experiências radiofônicas no bairro Anjo da Guarda em São Luís"* surgiu a partir das reflexões e diálogos entre docente e discentes da disciplina Rádio e TV Comunitária, no semestre 2016.1, do Curso de Rádio e TV da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Tomamos como ponto de partida algumas inquietações: 1) De que forma uma disciplina com esse perfil poderia voltar-se à realidade que circunda a Cidade Universitária e a área Itaqui-Bacanga? 2) Como o conteúdo produzido em sala de aula renderia conhecimento a partir das experiências vividas pelos moradores dos bairros periféricos à UFMA? 3) Que tipo de objeto científico poderia ser estudado na disciplina Rádio e TV Comunitária, levando em conta a localização da UFMA na área Itaqui-Bacanga? 4) Qual o compromisso político da referida disciplina com o território circundante à UFMA? 5) Que tipo de reflexão teórica pode ser produzida sobre as relações entre a UFMA e a área Itaqui-Bacanga? Especificamente, interrogamo-nos sobre quais as relações entre os cursos da área de Comunicação e as experiências comunicativas dos bairros vizinhos, buscando saber como se desenvolveu a produção científica nessa fronteira. Baseamo-nos, fundamentalmente, na concepção de que o processo de ensino-aprendizagem requer, necessariamente, a interpelação da realidade que nos rodeia.

Nesse ínterim voltou-se para a Rádio Comunitária Bacanga FM, a primeira emissora legalizada pelo Ministério das Comunicações⁷ em São Luís. Nosso interesse por esta emissora foi resultado do

⁷ Atualmente Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC).



encontro entre a militância na mídia do campo alternativo e produção acadêmica sobre o movimento de rádios comunitárias no Maranhão⁸. Assim, retomando a premissa inicial do texto, debruçamo-nos em investigar a gênese, o desenvolvimento, a criação e a configuração atual da Bacanga FM.

O fio condutor da pesquisa percorre as relações entre a comunicação comunitária e o bairro do Anjo da Guarda, situado na área Itaqui-Bacanga, conglomerado urbano formado por cerca de 60 comunidades, fruto da ocupação territorial de São Luís a partir dos anos 1960. Para desenvolvê-lo tratamos, primeiramente, sobre a ocupação territorial de São Luís e o surgimento do bairro do Anjo da Guarda, cuja formação é carregada de contradições. Situada entre o Porto do Itaqui, a Vale, o Distrito Industrial e a Universidade Federal do Maranhão, a grande área Itaqui-Bacanga é um dos principais reflexos da modernização conservadora do Maranhão, refletida no contraste entre a riqueza produzida pelas exportações (minério de ferro, soja, alumínio) e a pobreza dos bairros do entorno do porto e dos enclaves mineiro-metalúrgicos – Alumar e Vale.

Assim, a ocupação territorial da área Itaqui-Bacanga diz respeito ao processo de afirmação e negação da cidade. Tomando como base a realidade socioeconômica constitutiva da modernização conservadora do Maranhão, enveredamos na comunicação comunitária para situar a Rádio Popular e a Bacanga FM na complexa relação de forças que entranha o poder, a comunicação e política no Maranhão, estado marcado pela concentração dos meios de comunicação, um dos tentáculos da estrutura oligárquica. O trabalho foi efetivado mediante as seguintes fontes de pesquisa: revisão bibliográfica e documental e entrevista semiestruturada com lideranças comunitárias que atuaram no Anjo da Guarda desde a formação do bairro – na década de 1960 – e comunicadores que participaram tanto da experiência de alto-falante quanto da FM e ainda hoje residem no bairro e atuam na emissora.

Nas justificativas dessa pesquisa estão: o interesse histórico pela formação do Anjo da Guarda, sua pujança cultural em meio aos contrastes econômicos, as formas de organização dos moradores no bairro e os primeiros apontamentos sobre o surgimento de uma rádio popular de alto falante, base da futura emissora comunitária em Frequência Modulada (FM) – a Rádio Bacanga 106,3 MHz. Vislumbramos explorar de que forma a tensão social e a prática associativa e comunitária enfrentaram as adversidades e levaram à afirmação do bairro como expressão política e cultural, tendo desdobramentos na construção da rádio popular e da FM.

Metodologia

⁸ Durante a realização dessa pesquisa, Ed Wilson Ferreira Araújo (um dos autores) esteve presidente da ABRAÇO-MA. A entidade atua no intuito de defender os direitos das emissoras de radiodifusão comunitária promovendo consultoria e também debate político para a manutenção deste modelo de comunicação no Maranhão. (Nota dos Autores)



Para a discussão sobre o processo de formação da área do Anjo da Guarda, duas leituras foram de extrema importância: a Monografia *Expansão Urbana de São Luís na década de 60: o caso do Anjo da Guarda*, de Josiel da Paz Pereira Araújo (1999) – popularmente conhecido como Prof. Jorginho – que nos foi de grande ajuda em outros momentos desta pesquisa.

Para dar conta de investigar a comunicação comunitária no Anjo da Guarda, lançamos mão do método dialético de interpretação da realidade. Nesta perspectiva teórica, apropriamo-nos dos conceitos de participação, democracia, comunicação comunitária e modernização conservadora tomando como esteio teórico os conceitos de dialética, comunidade, hegemonia, nos estudos de Prado Junior (1952), Gramsci (1984), Peruzzo (1998) e Martín-Barbero (2009). As entrevistas semiestruturadas com personagens que povoam a história da emissora comunitária e do bairro onde ela está situada foram realizadas em locais distintos: nas residências das fontes, no próprio bairro Anjo da Guarda e no Laboratório de Rádio do curso de Rádio e Televisão da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

A partir das singularidades, compostas nas relações contextuais do objeto, articulam-se as particularidades na composição orgânica da sociedade, em que a parte e o todo se conectam na construção do conhecimento. Assim, as experiências radiofônicas no Anjo da Guarda são partes da dinâmica organizativa presente na formação do bairro e na emergência de uma comunidade política que vai além da criação de aparatos de comunicação. Se analisadas com a lente do método dialético, as duas emissoras de rádio integram um processo complexo imbricado nas relações de afirmação política e social dos moradores, alinhando comunicação e mobilização popular.

Resultados de Pesquisa - Etapa 01 - O bairro Anjo da Guarda

Para que o bairro do Anjo da Guarda tenha sua história narrada a fim de uma compreensão do processo de formação político-econômico-social, é necessário levar em consideração as circunstâncias que possibilitaram o próprio adensamento de pessoas na região. Atualmente o Anjo da Guarda tem população de 24.926 habitantes do total de 135.633 moradores da área Itaqui-Bacanga⁹. No entanto, nem sempre foi assim. A comunidade considerada o “coração” do Polo Itaqui-Bacanga, um dos mais populosos de São Luís¹⁰, começou como um assentamento de moradores oriundos de diversas partes do município, principalmente da favela do Goiabal, após um incêndio.

O pesquisador Josiel da Paz Pereira Araújo (1999), conhecido entre os moradores do bairro como “Professor Jorginho”, em sua monografia, *Expansão urbana de São Luís na década de 60: o*

⁹ Diagnóstico Social de Itaqui-Bacanga e regiões próximas. (NOSSA SÃO LUÍS, 2016)

¹⁰ São Luís, segundo o Censo IBGE 2010, tem 1.014.837. A estimativa populacional para 2015 era de 1.073.893 habitantes (IBGE, 2016)



caso do Anjo da Guarda, reconta a formação do bairro que inicialmente chamou-se Vila Anjo da Guarda. Segundo Araújo (1999), antes mesmo de constituir-se em uma área urbanizada já havia pessoas habitando aquela região. Sítios e chácaras, atravessados por igarapés, compunham um grande território entre a foz do Rio Bacanga e a Baía de São Marcos. Cortada por um riacho afluente do Bacanga, a comunidade do Itapicuraíba¹¹ viu as ações de urbanização promovidas pelo Governo do Estado do Maranhão, na gestão de José Sarney (1966-1970), e o incêndio nas palafitas do Goiabal, mudarem a rotina de vida na localidade.

Então depreende-se também com os depoimentos, que antes da transferência do pessoal do incêndio do Goiabal e adjacências, a antiga localidade tinha por nome Itapecuraíba, que era um aglomerado de sítios, porém dispersos uns dos outros. De característica tipicamente rural, em Itapecuraíba vivia-se da agricultura de subsistência, com suas roças e árvores frutíferas; De fazer carvão e tijolos para a venda e aquisição de produtos industrializados; mas, principalmente da caça e da pesca.

Esta antiga denominação, Itapecuraíba que tem origem indígena ainda está presente na comunidade do Anjo da Guarda, dando nome ao pequeno teatro de arena construído e mantido por um grupo de artistas do bairro. (ARAÚJO, 1999, p. 49-50)

São Luís, em 1960, vivia um processo de urbanização lento. No governo José Sarney (1966-1971) um projeto de expansão da cidade foi viabilizado através da Secretaria de Viação e Obras, sob a gestão do engenheiro Haroldo Tavares. Entre as obras, destacavam-se a Barragem do Bacanga e o Porto do Itaqui, resenhadas pelo jornalista Benedito Buzar, enfatizando as edificações que mudaram a configuração da cidade.

Que sejam lembradas: o asfaltamento das ruas da cidade, a conclusão da ponte sobre o rio Anil, no Caratatiua, as construções da Barragem do Bacanga e do Porto do Itaqui, a edificação da vila do Anjo da Guarda e de novos conjuntos habitacionais, a reforma do Teatro Artur Azevedo, a pavimentação da rodovia São Luís-Teresina, e a construção da ponte do São Francisco, integrando as praias à cidade. Essas obras marcaram indelevelmente a sua extraordinária gestão na Secretaria de Viação, e o conjunto delas preparou a cidade para a expansão do promontório espremido entre o Bacanga e o Anil. Em outras palavras, evidenciou a importância ímpar do Porto do Itaqui como vetor de desenvolvimento. (BUZAR, 2012, p. 06)

O impulso urbano de São Luís incrementou-se no Sistema de Planejamento Local Integrado, patrocinado pelo governo federal por meio do Sistema Financeiro de Habitação (SFH). Este, por sua vez, gerido pelo Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU). Durante o governo de José Sarney (1966-1971) a cidade entrou para a lista de localidades onde esse financiamento passou a vigorar.

¹¹ Na pesquisa documental foram constatadas duas grafias: Itapicuraíba e Itapecuraíba.



Assim, o processo de formação e povoamento do Anjo da Guarda, como anos depois viria a ser chamado o povoado Itapicuraíba, se deu por uma aceleração do processo de urbanização de São Luís, do Anel Viário ao Porto do Itaqui. Porém, a promessa não cumprida de construção da “cidade industrial” é questionada mais de quatro décadas depois de ser anunciada.

Diante da carência dos serviços públicos, a população iniciou um processo de ação solidária, fruto da interação com a Igreja Católica. Em parte, a evangelização dos moradores passava pela realização de grandes reuniões entre os comunitários que se congregavam em igrejas e capelas, denominado “Encontrão”, realizado em diversos bairros: Anjo da Guarda, Vila Nova, Vila Maranhão, Alto da Esperança e Boqueirão, entre outros, nas áreas já urbanizadas e na zona rural, onde as condições de vida eram precárias.

Alguns jovens e veteranos moradores do bairro congregavam-se na igreja Nossa Senhora da Penha e desenvolveram um núcleo de teatro, agregando a dimensão artística às mobilizações da comunidade. A prática cênica disseminou-se junto à organização política do bairro, nos encontrões e mutirões. Dessa forma, a atuação dos jovens atores, participando das ações e encenações no Anjo da Guarda deu origem ao Teatro Itapicuraíba.

A gente apresentava, fazia esquete, espetáculo, discutia, debatia os problemas da comunidade: saúde, transporte e tudo o que rolava aqui a gente discutia nesses encontrões. Fazia-se mutirão. Se alguém precisava construir uma casa a galera ia naquele dia e quem era pedreiro dava uma força, quem sabia cobrir cobria e assim também foi feito o Teatro Itapicuraíba. Esse é o início de tudo, essa vinculação com o movimento comunitário católico. (MÁXIMO, 2016).

As organizações comunitárias e religiosas desencadearam também o surgimento de formações partidárias no Anjo da Guarda. Na década de 1980, o Partido dos Trabalhadores (PT) tinha ramificações e militantes originários das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), da Igreja Católica. A juventude atuante no teatro e nos movimentos populares que reivindicavam melhorias para o bairro formou a principal base do núcleo do PT no Anjo da Guarda, um dos mais atuantes na região metropolitana de São Luís.

A percepção de Máximo (2016) encontra-se na teorização de Gramsci (1999) para reforçar a noção de que o processo de aquisição de conhecimento e consciência crítica necessária à ação política emancipatória ocorria em uma dinâmica de aprendizado permanente, compartilhado entre os setores escolarizados dotados da cultura letrada e os intelectuais formados no senso comum. Da simbiose entre essas distintas formas de conhecimento da realidade formava-se a substância política que acionava as mobilizações no Anjo da Guarda, acentuadas com a criação da rádio popular, conforme veremos a seguir.



Resultados de Pesquisa - Etapa 02 - A Rádio Popular

Na dinâmica das manifestações políticas e sociais pertinentes ao Anjo da Guarda, a comunicação interpessoal, feita de boca em boca, na teia de circulação de informações entre vizinhos, desdobrou-se em um dispositivo para divulgar e ampliar as ações em toda a comunidade, principalmente através dos integrantes do movimento católico do bairro, que se solidarizaram em um projeto audacioso: a criação de um aparato de comunicação para atender às demandas de seus moradores, denominado Rádio Popular. Como ressalta Peruzzo (1998, p. 161): “A implantação das rádios populares esteve ligada a uma realidade de carência generalizada de bens necessários à vida”.

A utilização do sistema de alto-falante no Anjo da Guarda espelhava-se nas iniciativas semelhantes em todo o Brasil, principalmente na zona rural, onde “a voz” era presença marcante nas torres das igrejas ou em postes de madeira. Esses aparatos, nas regiões mais isoladas, constituíam o único meio de comunicação local, através do qual a população de um bairro ou vila era informada sobre os horários das missas, avisos de utilidade pública, convocações para reuniões, dias de batizado, informes sobre vacinação, comunicados sobre nascimento e morte de moradores, festas, “encontrões”, mutirões e tantas outras informações, disseminadas pelo vento, até onde alcançava a propagação dos alto-falantes. Eles passaram a servir, também, para comunicar mobilizações e agregar os moradores em torno de objetivos comuns. O uso da “voz” como instrumento de mobilização, prática cultural e comunicação das comunidades articulava-se à organização popular:

[...] foi com a dinâmica dos movimentos populares que o uso de alto-falantes se propagou. Eles funcionam, na verdade, como um sistema de amplificação, ou seja, de transmissão local de curto alcance, em que a mensagem transmitida é recebida por um receptor que decodifica os sinais levados pelo aparelho através de ondas curtas. Contudo, os alto-falantes acabam limitando o campo da recepção, já que apenas amplificam os sons. [...] O sistema de alto-falantes está entre um dos principais instrumentos da comunicação popular. Referimo-nos aqui especificamente aos alto-falantes fixos, sejam cornetas ou mesmo caixas acústicas, que localizados em pontos estratégicos, têm se tornado cada vez mais presente no cotidiano da população na medida em que alcança determinada localidade. (COSTA; FRANÇA, 2016, p. 6)

O fato de a Rádio Popular ser feita pelos próprios moradores do Anjo da Guarda facilitava a coleta de informações. A rotina de produção dos programas dominicais consistia em uma reunião por semana. Porém, havia edições extraordinárias. De acordo com Domingos Fonseca Monteiro, integrante da emissora, os alto-falantes socorriam a população em momentos de apuro. Embora tivesse horários fixos de funcionamento, a Rádio Popular era ligada em ocasiões especiais e urgentes, fazendo um



trabalho de prestação de serviço aos moradores. Essa prática solidária estava enraizada nas ações comunitárias dos mutirões e encontrões, já mencionados.

A rádio teve uma importância muito significativa porque salvou muitas vidas. Então a pessoa *tava* para ter neném e corria aqui e a gente avisava, na verdade corria na casa do Miguel, né. Isso era um serviço que podia a rádio tá funcionando ou não funcionando. Se alguém chegasse lá e dissesse “olha Miguel avisa que tem uma pessoa para ter neném lá na Gancharia, mas não tem carro e precisa de alguém que pode ajudar”. Aí ele vinha corria, abria, falava e alguém prontamente ia pra lá etc. Então foi um serviço naquele momento de grande importância para todos nós da comunidade, principalmente nesse serviço de urgência e emergência porque o hospital na época ainda não atendia com essa qualidade que tem. Não tinha ambulância, não tinha carro. (MONTEIRO, 2017)

A Rádio Popular teve dez anos de duração (1988-1998). Nesse período, o Anjo da Guarda cresceu em área e população, levando a equipe de coordenação da programação a questionar a eficácia do sistema de alto-falante. Esse questionamento era demandado pela audiência, em dois sentidos: a imposição do alto-falante aos ouvidos e o crescimento populacional. A migração do sistema de alto falante para a frequência modulada encontra assento nas formulações de Martín-Barbero (2009) sobre o conceito de popular no contexto de afirmação das classes subalternas, manifesto nas diversas modalidades de expressão teatral, escrita, oral, de imagens e musical, entre tantas outras que emergiram como formas de resistência, adaptações e ressignificações na interpelação da chamada cultura oficial.

Nessa visada teórica, a transição do alto-falante para a FM expressa uma das perguntas fundamentais “para tornar investigáveis os processos de constituição do massivo para além da chantagem culturalista que os converte inevitavelmente em processos de degradação cultural” (MARTÍN-BARBERO, 2009, p. 29). Assim, a Rádio Comunitária Bacanga FM, tributária do alto-falante, representa muito mais que um salto tecnológico. Trata-se da concreta apropriação dos meios massificados pelos setores subalternos.

Resultados de Pesquisa - Etapa 03 - A Rádio Comunitária Bacanga FM

A comissão responsável pela Rádio Popular começou a vislumbrar a possibilidade de realizar a mudança, contemplando dois objetivos: melhorar o alcance através da FM e extinguir o incômodo de uma parte da comunidade que já começava a reclamar dos alto-falantes. Assim, o primeiro passo para fazer a transição foi a realização de uma consulta aos moradores sobre a proposta de criar uma emissora FM.



Outro aspecto colocado em debate no processo de transição dizia respeito à burocracia exigida pela Lei nº 9.612/98, recém-homologada Presidência da República à época, para viabilizar a nova plataforma radiofônica. Mas, a possibilidade de ter uma rádio com maior potencial de alcance e o ingresso na comunicação de massa gerava motivação entre os coordenadores da Rádio Popular. Mesmo tendo conhecimento de que uma rádio comunitária FM precisava de autorização do Ministério das Comunicações, obtida depois de um longo trâmite burocrático, cujo primeiro passo seria a constituição de uma Pessoa Jurídica (associação ou fundação), os coordenadores da Rádio Popular e a comunidade tomaram a decisão de colocar a rádio em funcionamento.

(...) a gente decidiu em assembleia que tinha que botar a rádio pra funcionar, depois vinha à documentação. O transmissor... “era, rapaz bora botar isso no ar”. Então decidimos botar a rádio no ar. “Se eles vierem vamos divulgar na comunidade, se eles vierem chama a comunidade, faz um enfrentamento” (MÁXIMO, 2016)

Montada a rádio, mas sem amparo legal para funcionamento, começou um dos períodos mais emblemáticos da história da Bacanga FM. O aparelho coercitivo do Estado (Polícia Militar e Polícia Federal) e a fiscalização da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) desencadearam intensa repressão na emissora. Quando encontravam a porta aberta, os agentes públicos lacravam ou confiscavam os equipamentos, mas em várias tentativas encontraram resistência da direção da rádio, das lideranças do bairro e dos moradores sem vínculos com entidades representativas, apenas ouvintes e admiradores da Bacanga FM. Eles eram avisados da presença de policiais ou da ANATEL até mesmo pelos locutores, ao vivo, durante a programação.

Nesses momentos, convocavam-se reuniões com os movimentos organizados do bairro, lideranças comunitárias, artistas e religiosos que se mobilizavam para enfrentar a repressão e tentar impedir o fechamento da emissora. O processo de resistência e enfrentamento, bem como a atuação direta dos comunicadores no estúdio, moldava nas lideranças comunitárias do Anjo da Guarda a dimensão do conceito de intelectual, segundo Gramsci (1984, p.21):

Autoconsciência crítica significa, histórica e politicamente, criação de uma elite de intelectuais: uma massa humana não se “distingue” e não se torna independente “por si” sem organizar-se (em sentido lato); e não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes, sem que o aspecto teórico da ligação teoria prática se distinga concretamente em um estrato de pessoas “especializadas” na elaboração conceitual e filosófica.

Embora funcionasse na ilegalidade, a Bacanga FM alcançava bons índices de audiência não só no Anjo da Guarda, mas nos bairros do entorno que formavam a Área Itaqui-Bacanga. A repercussão



da emissora estendia-se também a uma parte do núcleo formador de opinião que transitava nos poderes de São Luís. Mas, a fiscalização e a perseguição eram intensas e truculentas, conforme os relatos dos entrevistados. Nessa circunstância, chegou o momento em que a comunidade foi vencida pela repetição e, sem condições de continuar funcionando, a equipe da rádio resolveu suspender temporariamente as transmissões.

Após todo o trâmite documental e técnico, a autorização do Ministério das Comunicações foi viabilizada. Assim, o envolvimento dos moradores e lideranças enfrentando a repressão, junto à equipe da rádio e parceiros, conseguiu transformar um simples sistema de alto-falante (Rádio Popular) na Bacanga FM, a primeira emissora comunitária de São Luís a receber autorização para o pleno funcionamento.

Uma relação de parceria seria estabelecida também entre a emissora e a Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária no Estado do Maranhão (ABRAÇO-MA), ambas fundadas no mesmo ano. A criação de uma entidade estadual que vislumbrava organizar as rádios colocava-se na perspectiva de construir um polo de comunicação enraizado no meio popular e comunitário que se posicionasse na dimensão da luta por disputa de poder, onde a preponderância do grupo político que já dominava o Maranhão desde 1966 acentuava-se com a propriedade do maior grupo de comunicação¹².

O surgimento da rádio comunitária Bacanga FM e da ABRAÇO-MA inseriam-se na afirmação do campo democrático-popular do Maranhão nos anos 1980 que observava a apropriação dos meios de comunicação pelas camadas populares como ação estratégica na disputa política. A raiz da ABRAÇO-MA, cuja melhor tradução em São Luís era a experiência do Anjo da Guarda, estava fincada na organização dos setores populares visando ao empoderamento na sociedade civil. Nesse sentido, o processo de transformação da Rádio Popular na Bacanga FM manifestava uma síntese histórico-crítica sobre a realidade e as potencialidades das duas experiências para além do funcionamento de aparatos radiofônicos.

Ao mesmo tempo em que buscava adequar-se à legislação, cumprindo os procedimentos administrativos e jurídicos exigidos, a rádio comunitária Bacanga FM, como parte integrante da ABRAÇO-MA, colocava-se em uma perspectiva crítica diante das exigências do governo federal para conceder autorização às emissoras comunitárias. Isso ocorria porque, para além da lista de documentos exigida, a Lei nº 9.612/98 cerceava a atuação das emissoras de várias maneiras. Primeiro, condicionava a captação de recursos apenas ao apoio cultural; segundo, impunha uma potência de 25 watts e antena de 30 metros; terceiro, proibia a formação de rede entre as FM comunitárias. Diante de

¹² A família liderada pelo ex-governador do Maranhão e ex-presidente da República José Sarney (PMDB) é proprietária do Sistema Mirante de Comunicação, cuja principal emissora, a TV Mirante, é afiliada à Rede Globo de Televisão. Aliado histórico de José Sarney, o ex-governador do Maranhão e atual senador Edison Lobão (PMDB) controla a TV Difusora, afiliada ao Sistema Brasileiro de Televisão (SBT).



tantas exigências burocráticas e limitações de ordem técnica e de financiamento das emissoras, a lei, que viria para facilitar, acabou tornando-se um entrave que, somado à repressão, com o uso da força policial, dificultavam a criação e a legalização de novas rádios, forçando muitas delas a operar na margem da lei.

O contexto político de aprovação da Lei nº 9.612/98 remete ao arranjo de interesses que envolvem a distribuição das concessões de rádio e televisão no Brasil, favorecendo o monopólio das comunicações (ARAÚJO, 2011). Assim, a série de restrições às emissoras comunitárias, impostas na legislação citada, resultou de um poderoso *lobby* das grandes redes de comunicação, através da Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT), pressionando o Congresso Nacional para que a legalização das emissoras comunitárias fosse também uma forma de colocá-las em circunstâncias desfavoráveis no jogo de poder no espectro radiofônico.

Um evento de proporções negativas (A queda da torre de transmissão em 2003) foi o ponto de partida para o recomeço da Bacanga FM e da radiofonia no Anjo da Guarda, quando toda a equipe da emissora percebeu que aquele era o momento certo de injetar novas perspectivas ao projeto e assim um retorno bem sucedido ao *dial*. Dentre as mudanças aplicadas ocorreu à mudança do estúdio das dependências da Igreja Nossa Senhora da Penha para a Avenida Moçambique, onde a nova torre de transmissão foi instalada e permanece até hoje.

A volta por cima foi o retorno de uma nova Bacanga FM. Entre as alterações surgiram programas com a inserção de novos gêneros musicais, readequação de horários e abrangência de faixas etárias não agraciadas na programação anterior, tornando-a mais atrativa e competitiva em termos de conteúdo junto às demais rádios de São Luís, já que a emissora do Anjo da Guarda se dedicou a cumprir o papel de entreter e informar as comunidades, principalmente na Área Itaqui-Bacanga.

Resultados de Pesquisa - Etapa 04 - A Bacanga FM: Internet e Economia

Quando ingressou na web, disponibilizada no site *bacangafm.com.br*, a emissora dilatou os laços de solidariedade já presentes na FM. Por ser de participação popular e ter seu estúdio e locutores originários da própria comunidade do Anjo da Guarda, a rádio Bacanga FM tem um relacionamento firme com sua audiência. Desde a época da Rádio Popular com os alto-falantes no topo da torre da Igreja de Nossa Senhora da Penha era necessário que uma relação amistosa existisse entre as pessoas que eram condicionadas a ouvir as transmissões sonoras. Para que haja um relacionamento com a audiência antes é necessário que a Rádio Bacanga FM ofereça canais para que isso seja executável.

O crescimento da oferta de plataformas tecnológicas para a produção, a distribuição e o consumo dos bens culturais, no rádio, permitiu às emissoras comunitárias ganhar uma visibilidade



anteriormente conferida apenas aos grandes meios de comunicação estruturados em corporações empresariais vinculadas às redes internacionais e às agências de notícias, já situadas no cenário da globalização econômica. Esta circunstância avantajava a disseminação de conteúdo em todo o mundo proveniente dos grandes centros produtores, com poucas chances de inserção dos temas locais em âmbito internacional, a não ser que o recorte local/comunitário alcançasse os critérios de relevância para repercutir na chamada grande mídia. Os temas de interesse local ficavam circunscritos à área de abrangência das emissoras comunitárias, definida pela Lei nº 9.612/98 em quatro quilômetros de raio, devido às configurações da potência de 25 watts e altura do sistema irradiante de 30 metros.

Cabe reiterar que a rádio Bacanga FM está localizada no Anjo da Guarda, bairro nucleador da área Itaqui-Bacanga, onde estão localizados o Porto do Itaqui, a Alumar e a Vale, esta a maior mineradora do mundo. Estas características da localização geográfica da emissora colocam a sua agenda jornalística em permanente atenção sobre os impactos causados pela ocupação territorial nesta região de São Luís desde a construção do Porto do Itaqui¹³ e as sucessivas expansões das empresas do ramo minero-metalúrgico, causando impactos ambientais e sociais em diversos bairros na área do retroporto.

Assim, a sustentabilidade da Rádio Comunitária Bacanga FM é construída em meio a muitas dificuldades, umas impostas pelo limite da legislação e outras decorrentes da forte discriminação presente na distribuição de verbas publicitárias públicas e privadas aos meios de comunicação, que sempre privilegiam as empresas de rádio e TV, jornais e blogs em detrimento das emissoras comunitárias sem fins lucrativos.

Considerações

O presente artigo percorreu recortes da história da rádio comunitária Bacanga FM sem perder de vista a conjuntura que localiza a emissora nas particularidades política e econômica do Maranhão, com especial atenção ao conflito entre a legislação e as formas de sustentabilidade almejadas para um meio de comunicação sem fins lucrativos.

Para tanto, é de fundamental importância agregar o método dialético materialista para compreender as circunstâncias específicas da sustentabilidade da rádio Bacanga em meio à complexidade na qual está inserida. Nesse contexto, o artigo apresentou o esteio teórico para revelar o engajamento da comunidade nas raízes mais profundas que deram origem à emissora.

¹³ O Porto do Itaqui teve seus projetos de construção datados de 1918, mas somente em 1960, após estudos do extinto Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis (DNPVN) é que foram construídas as primeiras acostagens. Desde fevereiro de 2001, através do Convênio de Delegação nº016/2000 assinado entre Ministério dos Transportes e Governo do Maranhão, o Porto do Itaqui é gerenciado pela Empresa Maranhense de Administração Portuária (EMAP). O porto é conhecido nacionalmente por ter a segunda maior amplitude de marés do Brasil (8 metros) e possibilitar que navios atraiquem sem a necessidade de dragagem.



Limitada pela legislação no que diz respeito ao apoio cultural, sem poder acessar os recursos do orçamento provenientes das verbas publicitárias públicas, além de não preencher os critérios de interesse comercial dos grandes anunciantes, a rádio comunitária Bacanga FM tem como principal fonte de renda as colaborações solidárias do bairro, apoios pontuais de amigos, parceiros e dos eventos informais de confraternização e arrecadação, na modalidade de bingos, rifas, feijoadas etc.

Atento a esta complexificação de relações econômicas e sociais, o artigo pontuou a dialética entre local e global no rádio comunitário, situando a Bacanga FM na dimensão de uma emissora que é fruto das relações comunitárias enraizadas no bairro original da década de 1980. Vizinha de um dos maiores complexos portuários do mundo, da maior mineradora do planeta e de uma multinacional do alumínio, a emissora navega no “glocal”, expressão cunhada para sistematizar a máxima de McLuhan “aldeia global”, presente na obra *Understanding Media*, que associa o rádio às trombetas tribais.

No cômputo geral, a espinha dorsal do texto, no que diz respeito à sustentabilidade, a rádio Bacanga, embora tenha raízes profundas na organização popular e comunitária, está em permanente dificuldade para manter o essencial. Sua programação é feita fundamentalmente à base da colaboração dos apresentadores/produtores, que atuam muito mais pelo amor ao rádio do que por alguma perspectiva remuneratória. Porém, enxergam no palco do rádio uma visibilidade que possa dar a eles uma oportunidade no mercado de trabalho regular em alguma empresa de comunicação.

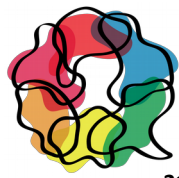
A rádio comunitária é uma trincheira à margem de todos os processos de inclusão. O artigo serviu para mostrar que, apesar da lei e do regulamento restritivo, que de todas as formas impede a sustentabilidade das emissoras, a Bacanga FM consegue sobreviver sem ceder aos apelos e imposições da lógica comercial que transborda para a comunicação comunitária nas modalidades de proselitismo político e religioso, desconfigurando os conceitos das emissoras comunitárias.

Referências

ARAÚJO, Joziel da Paz Pereira. **Expansão Urbana de São Luís na Década de 60**: o caso do Anjo da Guarda. Monografia, 72f. Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), 1999.

ARAÚJO, Ed Wilson Ferreira. **Rádios comunitárias no Maranhão**: história, avanços e contradições na luta pela democratização da comunicação. São Luís: EDUFMA, 2011.

BRASIL. Lei das Rádios Comunitárias (1998). **Lei nº 9.612 de fevereiro de 1998**. Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9612.htm. Acesso em: 25/04/2017.



COSTA, Maria Ivanúncia Lopes da; FRANÇA, Edson Alves de. **Alternatividade: das rádios piratas às livres e de alto-falantes.** Disponível em: <<http://www.fiponline.com.br/eventos/vinheta/textos/alternatividade%20-%20ivanucia.pdf> > Acesso em: 12 set. 2016.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere.** V. 1. Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. **Concepção dialética da História.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

IBGE. **São Luís - Censo 2010.** Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=211130>. Acesso em: 30 de agosto de 2016.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia.** Trad. de: Ronald Polito e Sérgio Alcides. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

MÁXIMO, Nataniel Silva Ferreira. **Nataniel Silva Ferreira Máximo: depoimento** [mai. 2016]. Entrevistadores: Ed Wilson Ferreira Araujo, Jefferson Saylon Lima de Sousa, Robson Silva Correa, Rodrigo Augusto de Araujo Mendonça, Rodrigo Anchieta Barbosa. São Luís, 2016. áudio digital. Entrevista concedida à disciplina Rádio e TV Comunitária, do Curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

MONTEIRO, Domingos Fonseca. **Domingos Fonseca Monteiro: depoimento** [jan. 2017]. Entrevistador: Ed Wilson Ferreira Araujo. São Luís, 2017. áudio digital. Entrevista concedida à disciplina Rádio e TV Comunitária, do Curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

NOSSA SÃO LUÍS. **Diagnóstico social de Itaqui-Bacanga e regiões próximas.** Disponível em: <http://www.nossasaoluis.org.br/itaqui/ta.html#>. Acesso em 28 de agosto de 2016.

PERUZZO, Cicilia M. K. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania.** Petrópolis: Vozes, 1998.